

SUMÁRIO

PARTE I

COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL..... 19

Fernando da Fonseca Gajardoni

1. Jurisdição, competência e previsão legal.....	19
2. Os limites da jurisdição nacional – jurisdição nacional brasileira e jurisdição internacional (breve notícia).....	21
3. Competência interna.....	25
3.1. Critérios de competência interna.....	25
3.2. Critério funcional e hierárquico	27
3.2.1. Foro por prerrogativa de função (foro privilegiado)	27
3.2.1.1. Ações cíveis de competência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs).....	31
3.2.1.2. Mandado de segurança no sistema dos Juizados Especiais Federais	35
3.2.1.3. Competência dos TRFs para julgar MS/HD e rescisórias impetradas contra ato/decisão de juiz estadual fora da competência material delegada	37

3.2.1.4. Competência dos TRFs para julgar MS contra ato de autoridade estadual/municipal com prerrogativa de foro no TJ, mas que atua por delegação de autoridade federal	39
3.2.1.5. Foro privilegiado nas ações coletivas civis (inclusive improbidade administrativa)	42
3.2.1.6. Término do mandado/cargo e foro privilegiado cível.....	44
3.2.1.7. Litisconsórcio passivo com a autoridade detentora de foro por prerrogativa de função cível	45
3.2.1.8. Ações contra o CNJ/CNMP no STF (art. 102, I, “I”, da CF)	47
3.2.2. Prevenção.....	53
3.2.2.1. Ação acessória ou relacionada ajuizada por ente do art. 109, I, da CF, com a ação principal em curso na Justiça Estadual	55
3.3. Critério material (<i>ratione materiae</i>).....	57
3.3.1. Justiça Eleitoral	59
3.3.2. Justiça do Trabalho.....	60
3.3.3. Justiça Comum (Federal e Estadual).....	66
3.4. Critério valorativo (<i>ratione valoris</i>)	67
3.4.1. Competência dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001).....	68
3.5. Critério Territorial (<i>ratione loci</i>) e distribuição.....	71
4. Regime jurídico da competência.....	75
5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	81
5.1. Causas modificativas de competência.....	83
6. Foro de eleição	88

7. Competência cível da Justiça Federal	93
7.1. O art. 109, I, da Constituição Federal.....	95
7.1.1. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – causas da Justiça Eleitoral e Trabalhista	100
7.1.2. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – ações acidentárias típicas.....	101
7.1.3. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – falência, recuperação judicial, insolvência civil, repactuação de dívidas e afins	104
7.1.4. Sociedades de economia mista federais, serviços sociais autônomos e organizações sociais.....	107
7.1.5. Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União.....	109
7.1.6. Concessionárias de serviço público federal.....	111
7.1.7. Intervenção de ente federal no processo em curso perante a Justiça Estadual.....	112
7.1.8. Intervenção/assistência anódina da União (Lei 9.469/97) e amicus curiae (art. 138 do CPC) de entes federais nas causas perante a Justiça Estadual.....	116
7.1.9. Participação de órgãos federais responsáveis pelas políticas agrárias e urbanas, nas ações possessórias em curso na Justiça Estadual, relativas a conflitos coletivos pela posse de imóvel (art. 565, § 4º, do CPC) ...	119
7.1.10. Habilitação de crédito de ente federal em inventário	120
7.1.11. Procedimentos de jurisdição voluntária para levantamento de valores relativos a PIS, PASEP, FGTS e resíduos previdenciários deixados por falecidos.....	122
7.1.12. Protesto pela preferência no recebimento do crédito por entes do art. 109, I, da CF	123
7.1.13. Litisconsórcio passivo facultativo entre entes do art. 109, I, da CF e outros	123

7.1.14.	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	127
7.1.15.	Questões relacionadas ao ensino superior	131
7.1.16.	Ações relacionadas à entrega de medicamentos e realização de procedimentos médicos pelo SUS.....	133
7.1.17.	Mera afirmação de interesse da União ou entidade afim, sem participação dela como parte ou interveniente.....	142
7.1.18.	Ações coletivas (ação civil pública e ação popular) em matéria ambiental	143
7.1.19.	Ações coletivas para fins de reparação de prejuízos ao erário (ação civil pública, ação popular e ação civil de improbidade administrativa)	149
7.1.20.	Ação de interesse de criança/adolescente em situação de risco.....	155
7.1.21.	Intervenção do MPF como assistente simples nas causas ajuizadas contra seus membros, por conduta praticada no exercício da profissão.....	156
7.1.22.	Propriedade industrial e nulidade de patente e registro de desenho industrial e marca	157
7.2.	O art. 109, II, da Constituição Federal	159
7.3.	O art. 109, III, da Constituição Federal.....	161
7.3.1.	Ações fundadas na Convenção de Haia sobre sequestro internacional de crianças.....	161
7.3.2.	Outras ações fundadas no art. 109, III, da CF.....	164
7.3.3.	Hipóteses de não incidência do art. 109, III, da CF	166
7.4.	O art. 109, V-A, da Constituição Federal.....	169
7.5.	O art. 109, VIII, da Constituição Federal	173
7.5.1.	MS e HD contra ato de dirigente de empresas públicas federais	174
7.5.2.	MS contra ato de dirigente de sociedade de economia mista federal	175

7.5.3.	MS contra ato de dirigente de subsidiárias de empresas públicas federais e sociedades de economia mista federais.....	177
7.5.4.	MS contra ato de dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público federal	177
7.5.5.	MS contra ato de dirigente de entidade (pública federal e privada) de ensino superior	179
7.5.6.	MS contra ato de presidente de Junta Comercial.....	182
7.5.7.	MS contra ato de particular ou autoridade municipal/estadual (sem prerrogativa de foro) que atua na condição de retentor de tributos federais	183
7.5.8.	Mandado de injunção contra autoridades federais ...	183
7.6.	O art. 109, X, da Constituição Federal	185
7.6.1.	Execução de carta rogatória e homologação de sentença estrangeira.....	186
7.6.1.1.	Procedimento do cumprimento de sentença perante a Justiça Federal.....	189
7.6.1.2.	Procedimento da execução da carta rogatória.....	190
7.6.2.	Causas referentes à nacionalidade (inclusive a respectiva opção) e à naturalização	191
7.7.	O art. 109, XI, da Constituição Federal	192
8.	Competência material federal delegada.....	194
8.1.	Ações previdenciárias (art. 15, III, da Lei 5.010/66, com a redação pela Lei 13.876/2019).....	197
8.1.1.	Transição do modelo anterior da delegação para o atual, inaugurado a partir da EC 103/2019 e Lei 13.876/2019 (art. 15, III, da Lei 5.010/66)	201
8.1.2.	Limites da delegação de competência do art. 15, III, da Lei 5.010/66 (ações de segurado contra o INSS).....	204

8.2.	Ação de produção antecipada de provas e justificações contra os entes do art. 109, I, da CF.....	206
8.3.	Usucapião especial rural.....	207
8.4.	Audiência de entrega de certificado de nacionalização	208
8.5.	Execução fiscal de tributos federais e afins.....	209
8.6.	Ações coletivas	211
8.7.	Conflitos de competência entre a unidade da Justiça Federal com a unidade da Justiça Estadual que atua por delegação (art. 109, § 3º, da CF)	212
8.8.	Ações acidentárias típicas	213
9.	Competência territorial da Justiça Federal	213
9.1.	Art. 109, §§ 1º e 2º, da CF: competência absoluta ou relativa?	216
9.2.	Aplicação da regra do art. 109, § 2º, da CF (art. 51, parágrafo, do CPC) às autarquias federais.....	219
9.3.	Ações contra empresas públicas federais	220
9.4.	Litisconsórcio ativo entre autores domiciliados em foros distintos	220
9.5.	Litisconsórcio passivo entre a União/autarquias federais e particulares	221
9.6.	Competência territorial nos mandados de segurança contra atos praticados por autoridades da União e das autarquias federais (art. 109, VIII, da CF)	221
9.7.	Ações civis públicas e coletivas no âmbito da Justiça Federal	223
9.7.1.	Ajuizadas pelos entes do art. 109, I, da CF.....	223
9.7.2.	Ajuizadas contra um dos entes do art. 109, I, da CF	226
9.8.	<i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> à luz da regra do art. 109, § 2º, da CF	227

9.9. Competência territorial nas ações perante os Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001)	229
9.10. Competência territorial nas execuções fiscais federais	231

PARTE II

COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL	233
--	------------

Renato Brasileiro de Lima

1. Considerações iniciais	233
2. Atribuições investigatórias da Polícia Federal	236
3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV)	239
3.1. Crimes políticos	239
3.2. Crimes contra a União	244
3.3. Crimes contra autarquias federais	245
3.4. Crimes contra empresas públicas federais	246
3.5. Crimes contra fundações públicas federais	251
3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional	251
3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	253
3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S”	256
3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais	258
3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	270

3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal.....	271
3.12. Crime praticado contra funcionário público federal	274
3.13. Crime praticado por funcionário público federal.....	278
3.14. Tribunal do Júri Federal	281
3.15. Crimes contra o meio ambiente	284
3.16. Crimes contra a fé pública	292
3.17. Juízo Federal da Execução penal.....	304
3.18. Contravenções penais.....	309
3.19. Atos infracionais	311
3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16)..	311
3.21. Crimes cometidos no estrangeiro.	313
4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V)	316
4.1. Tráfico internacional de drogas	321
4.1.1. Desclassificação de tráfico internacional de drogas e perpetuação da competência.....	326
4.1.2. Delegação de competência federal.....	327
4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal.....	330
5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	340
6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico--financeira (CF, Art. 109, VI)	347
6.1. Crimes contra a organização do trabalho.....	347

6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	352
6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais.....	366
7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII)	369
8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII)	371
9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX)	373
10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X)	377
11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI)	379
11.1. Genocídio contra indígenas.....	383
12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	385
BIBLIOGRAFIA	389